

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA



RECRUTAMENTO

ICA 33-14

PLANO REGIONAL DE CONVOCAÇÃO PARA O
SERVIÇO MILITAR INICIAL NA ÁREA DO VII
COMAR, PARA O ANO DE 2012.

2011

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL



RECRUTAMENTO

ICA 33-14

PLANO REGIONAL DE CONVOCAÇÃO PARA O
SERVIÇO MILITAR INICIAL NA ÁREA DO VII
COMAR, PARA O ANO DE 2012.

2011



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL

PORTARIA VII COMAR N.º 113/SERMOB, DE 05 DE ABRIL DE 2011.

Aprova o Plano Regional de Convocação para o Serviço Militar Inicial e Eventuais Convocações Posteriores para Oficiais QOCon MFDV/Tec, na Área do Sétimo Comando Aéreo Regional, para o ano de 2012.

O COMANDANTE DO SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 72 do Decreto n.º 57.654, de 20 JAN 66 (RLSM), Instruções Complementares de Convocação para o Serviço Militar Inicial da Aeronáutica para o ano de 2012 (ICA 33-2), aprovadas pela Portaria DIRAP N.º 1995/ISM, de 22 de MAR 2011; Convocação, Seleção e Incorporação de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários para a prestação do Serviço Militar Inicial na Aeronáutica e Convocações Posteriores, aprovada pela Portaria COMGEP n.º 41/5EM, de 23 ABR 2009; e a Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCon), aprovada pela Portaria n.º 44/GC3, de 26 JAN 2010 (ICA 36-14).

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a edição da ICA 33-14 Plano Regional de Convocação para o Serviço Militar Inicial e Eventuais Convocações Posteriores para Oficiais QOCon MFDV/Tec, na área do Sétimo Comando Aéreo Regional, no ano de 2011, que com esta baixa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Boletim Externo do VII COMAR.

Maj Brig Ar NILSON SOILET CARMINATI
Comandante do VII COMAR

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	05
1.1	FINALIDADE.....	05
1.2	ÂMBITO.....	05
2	RECRUTAMENTO.....	06
2.1	CONVOCAÇÃO.....	06
2.2	ALISTAMENTO.....	06
2.3	QUADRO CRONOLÓGICO DO ALISTAMENTO EM 2005 E REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO MILITAR DOS CIDADÃOS EM DÉBITO COM O SERVIÇO MILITAR E PRAZOS PARA A CLASSE DE 1987.....	06
2.4	MUNICÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	07
2.5	SELEÇÃO GERAL.....	08
2.6	COMISSÕES DE SELEÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (CSFA).....	08
2.7	PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA FASE DE DESIGNAÇÃO.....	12
2.8	SELEÇÃO COMPLEMENTAR.....	13
2.9	INCORPORAÇÃO.....	16
3	SELEÇÃO DE MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS (MFDV).....	18
3.1	SELEÇÃO ESPECIAL DE MFDV.....	18
3.9	CONVOCAÇÕES POSTERIORES.....	20
4	CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO EAT.....	22
5	PRESCRIÇÕES DIVERSAS.....	25
5.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	25
5.2	INSTRUÇÕES ÀS OM JURISDICIONADAS, SUBORDINADAS E AS INCORPORADORAS.....	25
5.3	DISTRIBUIÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS.....	26
6	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	32
6.1	VALIDADE.....	32
6.2	DISTRIBUIÇÃO.....	32
	REFERÊNCIAS.....	33
	ANEXO A – DECLARAÇÃO.....	34
	ANEXO B – FICHA DE ENTREVISTA.....	35

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 O presente Plano Regional de Convocação do Sétimo Comando Aéreo Regional, para o ano de 2012 (PRC 2012), tem por finalidade regular a execução da convocação para a incorporação de conscritos no Curso de Formação de Soldados(CFSD), para a prestação do Serviço Militar Inicial Obrigatório; para os(as) Médicos(as), Farmacêuticos(as), Dentistas e Veterinários(as)(MFDV) e o QOCon Tec nas graduações de bacharelado, licenciatura e tecnologia, em áreas necessárias ao Comando da Aeronáutica, para a realização do Estágio de Adaptação e Serviço(EAS) e Estágio de Adaptação Técnico(EAT), respectivamente, e ainda, quando for o caso, para as eventuais convocações de Oficiais do Quadro de Oficiais Convocados da Reserva (QOCon R-2), para a realização de Estágio de Instrução e Serviço(EIS) e Estágio de Instrução Técnico(EIT), como reincorporados.

1.2 ÂMBITO

1.2.1 Estas Instruções, de observância obrigatória, aplicam-se no âmbito do VII COMAR e das Organizações Militares subordinadas e jurisdicionadas.

2 RECRUTAMENTO

2.1 CONVOCAÇÃO

2.1.1 São convocados à prestação do Serviço Militar Inicial todos os brasileiros da Classe de 1993, e anteriores ainda em débito com o Serviço Militar.

2.2 ALISTAMENTO

2.2.1 O convocado residente na área do VII COMAR deverá comparecer à Junta do Serviço Militar(JSM) mais próxima de sua residência para alistar-se, independente da Força à qual deseja servir. Em função da unificação do alistamento, nos Municípios de tributação exclusiva, o Serviço Regional de Recrutamento e Mobilização(SERMOB), e as Seções de Mobilização(SMOB) engajadas, deverão ligar-se às Juntas do Serviço Militar(JSM) para detalhamento da data e local de apresentação para a Seleção Geral.

2.3 QUADRO CRONOLÓGICO DO ALISTAMENTO EM 2011 E REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO MILITAR DOS CIDADÃOS EM DÉBITO COM O SERVIÇO MILITAR E PRAZOS PARA AS CLASSES ANTERIORES.

2.3.1 PRAZOS PARA A CLASSE DE 1993

PERÍODO DO ALISTAMENTO 2011	SITUAÇÃO	DESTINO
03 JAN a 29 ABR	Dentro do prazo	Encaminhar à seleção de 2011
02 MAIO a 30 JUN	Dentro do prazo	Encaminhar à seleção de 2012
1º JUL a 30 DEZ	Fora do prazo, multa prevista no nº 1 do Art. 176 do RLSM	Encaminhar à seleção de 2012

2.3.2 PRAZOS PARA AS CLASSES ANTERIORES

(NÃO ALISTADOS)

PERÍODO DO ALISTAMENTO 2011	SITUAÇÃO	DESTINO
03 JAN a 29 ABR	Fora do Prazo. Multa prevista no nº 1 Art. 176 do RLSM	Encaminhar à Seleção de 2011
02 MAIO a 30 DEZ		Encaminhar à Seleção de 2012

2.3.3 SITUAÇÃO MILITAR DOS CIDADÃOS DE CLASSES ANTERIORES ALISTADOS E EM DÉBITO COM O SERVIÇO MILITAR.

PERÍODO DE COMPARECIMENTO À JSM 2011	DESTINO	SITUAÇÃO
03 JAN a 29 ABR	Vincular a Classe de 1993 e encaminhar à seleção de 2011	Refratário
02 MAIO a 30 DEZ	Vincular a Classe de 1994 e encaminhar à seleção de 2012	<p>1) Multa prevista no nº 2 do Art. 176 do RLSM (Faltar à seleção pela 1ª vez)</p> <p>2) Multa prevista no nº 1 do Art. 178 do RLSM (Faltar à seleção pela 2ª vez)</p> <p>3) Multa prevista no nº 2 do Art. 178 do RLSM (Cada uma das demais faltas a seleção)</p> <p>OBS: As multas são cumulativas.</p>

2.4 MUNICÍPIOS TRIBUTÁRIOS

2.4.1 De acordo com o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar nas Forças Armadas em 2012, são tributários da Aeronáutica, na área do VII Comando Aéreo Regional, os municípios a seguir:

Estado do Acre

MUNICÍPIO TRIBUTÁRIO	FORÇA ARMADA
Cruzeiro do Sul	Exército/Aeronáutica
Rio Branco	Exército/Aeronáutica

Estado do Amazonas

MUNICÍPIO TRIBUTÁRIO	FORÇA ARMADA
Eirunepé	Aeronáutica *1
Manaus	Marinha/Exército/Aeronáutica
Manicoré	Exército/Aeronáutica *1
São Gabriel da Cachoeira	Exército/Aeronáutica
Tabatinga	Exército/Aeronáutica
Tefé	Exército/Aeronáutica

Estado de Rondônia

MUNICÍPIO TRIBUTÁRIO	FORÇA ARMADA
Guajará Mirim	Exército/Aeronáutica
Porto Velho	Marinha/Exército/Aeronáutica
Vilhena	Aeronáutica *1

Estado de Roraima

MUNICÍPIO TRIBUTÁRIO	FORÇA ARMADA
Boa Vista	Marinha/Exército/Aeronáutica

*1 - Município tributário com unidade incorporadora exclusiva da FAB.

2.4.2 A responsabilidade pela seleção, incorporação e regularização da situação do conscrito é da Força Armada incorporadora indicada ao lado dos Municípios Tributários.

2.5 SELEÇÃO GERAL

2.5.1 Tem por finalidade a avaliação dos convocados, para o Serviço Militar Inicial, quanto aos aspectos físicos, culturais, psicológicos e morais, de forma a permitir que sejam aproveitados de acordo com suas aptidões e as necessidades de reacompanhamento de efetivo das diversas OM da Aeronáutica localizadas na área de responsabilidade do VII COMAR.

2.5.2 A Seleção dos conscritos é de responsabilidade da 12ª Região Militar(RM) em comum acordo com o VII COMAR, atendendo às nossas necessidades.

2.5.3 A apresentação do Certificado de Alistamento Militar(CAM) constituirá condição indispensável para que o conscrito seja submetido à seleção. O cidadão que se apresentar para a seleção, sem ter realizado o alistamento, deverá, previamente, ser alistado no órgão alistador competente (§ 3º do Art. 48, do RLSM).

2.5.4 SERÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO GERAL:

2.5.4.1 Residentes em Municípios Tributários (MT):

- Pertencentes à classe de 1993, alistados até 30 ABR 2011.
- De classes anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar, alistados até 30 ABR 2011; e
- Voluntários, de acordo com o Parágrafo 4º do Art. 49 do RLSM.

2.6 COMISSÕES DE SELEÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS (CSFA)

2.6.1 As CSFA são constituídas por militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, tendo por finalidade avaliar os conscritos convocados para o Serviço Militar Inicial, quanto aos aspectos físicos, culturais, psicológicos, morais e profissionais, de forma a permitir que sejam designados para a incorporação.

2.6.2 Os Comandantes das Organizações Militares(OM) são os responsáveis pela indicação dos militares que comporão as respectivas CSFA, priorizando, através dos setores responsáveis, o apoio necessário, quanto ao transporte, alimentação e financeiro, para que a missão seja cumprida com primazia.

2.6.3 O Exmo Sr Comandante do VII COMAR é o responsável pela designação dos militares que irão compor as CSFA, através de publicação no Boletim Externo.

2.6.4 A data limite para entrada, no SERMOB, das relações dos militares indicados por OM será, impreterivelmente, até 24 de maio de 2011.

2.6.5 Os militares designados para comporem as CSFA passarão à disposição das mesmas.

2.6.6 A composição da Comissão por OM, os períodos de Seleção Geral e qual Comissão irão compor, estão definidos nos quadros a seguir:

2.6.7 SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL (VII COMAR) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
SERMOB	001	29 ^a	3 ^a	034	Manaus	04 JUL a 07 OUT	08

2.6.8 BASE AÉREA DE BOA VISTA (BABV) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
SMOB-72	003	29 ^a	6 ^a	09	Boa Vista	04 JUL a 07 OUT	08

2.6.9 BASE AÉREA DE PORTO VELHO (BAPV) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
SMOB-73	002	31 ^a	1 ^a	018	Porto Velho	04 JUL a 07 OUT	08

2.6.10 DESTACAMENTO DA AERONÁUTICA DE EIRUNEPÉ (DAEI) – VOLANTE

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
SERMOB-7	014	29 ^a	3 ^a	003	Eirunepé-AM	11 a 24 SET	07

2.6.11 DESTACAMENTO DA AERONÁUTICA DE VILHENA (DAVH) – VOLANTE

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
SMOB-73	016	31 ^a	3 ^a	024	Vilhena-RO	1 a 30 SET	07

2.6.12 DESTACAMENTO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE TABATINGA (DTCEA-TT) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
DTCEA-TT	009	29 ^a	5 ^a	085	Tabatinga-AM	04 JUL a 07 OUT	02

2.6.13 DESTACAMENTO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE TEFÉ (DTCEA-TF) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
DTCEA-TF	010	29 ^a	4 ^a	053	Tefé-AM	04 JUL a 07 OUT	02

2.6.14 DESTACAMENTO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (DTCEA-UA) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
DTCEA-UA	008	29 ^a	7 ^a	047	São Gabriel da Cachoeira-AM	04 JUL a 07 OUT	02

2.6.15 DESTACAMENTO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE RIO BRANCO (DTCEA-RB) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
DTCEA-RB	006	31 ^a	5 ^a	072	Rio Branco-AC	04 JUL a 07 OUT	06

2.6.16 DESTACAMENTO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE CRUZEIRO DO SUL (DTCEA-CZ) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
DTCEA-CZ	005	31 ^a	4 ^a	058	Cruzeiro do Sul-AC	04 JUL a 07 OUT	02

2.6.17 DESTACAMENTO DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE GUAJARÁ-MIRIM (DTCEA-GM) - FIXA

OSM	TIPO DE COMISSÃO				Município	Período da Seleção	Efetivo
	C S F A	C S M	D E L S M	J S M			
DTCEA-GM	004	31 ^a	1 ^a	010	Guajará-Mirim-RO	04 JUL a 07 OUT	02

2.7 PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DA FASE DE DESIGNAÇÃO

2.7.1 FINALIDADE

2.7.1.1 Regular os procedimentos a serem adotados na fase de designação pelos integrantes de CS.

2.7.2 OBJETIVO

2.7.2.1 Orientar os militares envolvidos nas CS quanto aos trabalhos a serem desenvolvidos nesta Fase da Seleção.

2.7.3 DESIGNAÇÃO

2.7.3.1 É a fase do Serviço Militar em que o conscrito apto na Seleção Geral toma conhecimento de sua situação militar após a distribuição, se está relacionado no Grande Excesso ou designado para alguma Organização Militar da Ativa(OMA).

2.7.4 MAJORAÇÃO

2.7.4.1 A majoração dos conscritos selecionados, encaminhados à Seleção Complementar, será de até 100% (cem por cento) da necessidade, de acordo com os subitens 3.4.7.1 e o 3.4.7.2 da Portaria Normativa nº 31/MD, de 05 JAN 2011 (PGC-2012).

2.7.5 CONHECIMENTO DA DESIGNAÇÃO

Período de 02 a 13 JAN 2012

2.7.6 APRESENTAÇÃO DOS DESIGNADOS

Grupamento “A/B”

Data: 16 JAN 2012

2.8 SELEÇÃO COMPLEMENTAR

2.8.1 A seleção complementar será realizada pela Força para a qual o conscrito for distribuído e visa a uma última triagem para os convocados e distribuídos para incorporação nas OM, antes da consumação do ato oficial da incorporação.

2.8.2 A apresentação do Certificado de Alistamento Militar(CAM) constituirá condição indispensável para que o conscrito seja submetido à seleção. O cidadão que se apresentar para a seleção, sem ter realizado o alistamento, deverá ser encaminhado à Junta do Serviço Militar para ser alistado (Parágrafo 3º do Art. 48 do RLSM).

2.8.3 Os conscritos convocados para a seleção complementar serão submetidos a exames psicológicos, físicos, morais.

2.8.4 As seleções complementares nos Municípios Tributários de Manaus-AM, Eirunepé-AM, São Gabriel da Cachoeira-AM, Tabatinga-AM, Tefé-AM, Rio Branco-AC, Cruzeiro do Sul-AC, Vilhena-RO e Guajará-Mirim-RO, serão realizadas pelo SERMOB-7/SMOB-71.

2.8.5 As Seleções Complementares nos Municípios de Manaus-AM, Boa Vista-RR e Porto Velho-RO serão realizadas pelas SMOB-71, SMOB-72 e SMOB-73, respectivamente.

2.8.6 O Serviço Regional de Saúde(SERSA) do Sétimo Comando Aéreo Regional, ao elaborar as instruções para a orientação dos trabalhos das Juntas de Inspeção de Saúde (JIS), em cumprimento ao previsto no item 11.7 das Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde dos Conscritos das Forças Armadas(IGISC), aprovada pelo Decreto nº 60.822, de 07 JUN 1967, modificado pelos Decretos n.º 63.078, de 05 AGO 1968, e nº 703, de 22 DEZ 1992, deve levar em consideração os meios disponíveis, observando as Normas Gerais constantes no item 13 das IGISC, limitando aos conscritos selecionados, dentro do número de vagas para incorporação, a realização dos exames de laboratório e radiológicos a serem levados a efeito na Seleção Complementar.

2.8.7 ASPECTOS DA SELEÇÃO

2.8.8 ENTREVISTA

2.8.8.1 Realização do método de Entrevista de Conscritos, tendo em vista a necessidade de uma melhor Seleção dos nossos futuros Soldados, atendendo a princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

2.8.8.2 Os aplicadores do método de Entrevista de Conscritos, deverão ser capacitados

2.8.8.3 FISÍCO

2.8.8.3.1 A verificação da aptidão do conscrito será feita por meio de inspeção de saúde, levada a efeito de acordo com as Instruções Gerais de Inspeção de Saúde dos Conscritos(IGISC), respeitadas as prescrições do RLM, Art. 61, e Teste de Avaliação do Condicionamento Físico(TACF).

2.8.8.3.2 Será incentivada a doação de sangue, visando o aproveitamento dos resultados dos exames laboratoriais para a complementação da Inspeção de Saúde, e para se manter um estoque de sangue para o atendimento de emergências operacionais ou outras necessidades.

2.8.8.4 CULTURAL

2.8.8.4.1 A declaração do grau de escolaridade (8ª série completa, no mínimo) e o preenchimento de uma ficha de entrevista (ANEXO B), abordando a qualificação pessoal e os motivos que levaram o conscrito a optar pela Aeronáutica.

2.8.8.5 PSICOLÓGICO

2.8.8.5.1 Os conscritos selecionados, serão submetidos a exames psicológicos, como exame complementar de assessoramento (não é eliminatório), para apurar possíveis contra-indicações, sob responsabilidade do Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), que poderão ser aplicados pelos elos do Sistema de Psicologia da Aeronáutica. (Item 4.2 da IGISC – INSTRUÇÕES GERAIS PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE DE CONSCRITOS NAS FORÇAS ARMADAS).

2.8.8.6 MORAL

2.8.8.6.1 A pesquisa em Delegacias Especializadas, por meio dos Órgãos competentes, deverá ser solicitada visando impedir a incorporação de conscritos com problemas de natureza policial ou de outros envolvimento que os tornem incompatíveis para a vida militar (Aviso Ministerial Reservado n.º 009/GM3, de 09 DEZ 1982).

2.8.8.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2.8.8.7.1 Deve ser dada especial atenção aos conscritos possuidores de habilitações e/ou qualificações profissionais de interesse do Comando da Aeronáutica.

2.8.9 COMISSÃO DE SELEÇÃO:

2.8.9.1 A seleção complementar estará a cargo das CS para conscritos, que funcionarão, em princípio, nas OM, conforme abaixo:

OM	OSM
VII COMAR	SERMOB
BAMN	SMOB-71
BABV	SMOB-72
BAPV	SMOB-73

2.8.10 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO COMPLEMENTAR INTERNA:

- Presidente (Oficial Superior);
- Secretário (Oficial Mobilizador);
- Mobilizador (SO/SGT);
- Auxiliares (CB/SD); e
- Junta Regular de Saúde (JRS).

2.8.10.1 Os membros das Comissões deverão ser dos efetivos do SERMOB/SMOB, com exceção dos pertencentes à Junta Regular de Saúde. A composição da CS deverá ser publicada no Boletim Externo da OM, com os nomes de seus membros, os quais ficarão afastados das escalas de serviço, formaturas, representações e outras tarefas fora do OSM, durante os períodos das supracitadas seleções, de acordo com o item 8.7 da Portaria Normativa nº 1600/MD, de 10 DEZ 2009 (PGC-2010) e subitem 3.9.1 da Portaria DIRAP nº 1234/ISM, de 09 MAR 2010 (ICA 33-2).

2.8.11 PERÍODOS DA SELEÇÃO COMPLEMENTAR:

1ª Turma 2012 – 16 JAN a 29 FEV 2012.

2ª Turma 2012 – 11 JUN a 31 JUL 2012.

2.8.12 COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO COMPLEMENTAR VOLANTE:

Localização / OM de Funcionamento	UF	Coordenação	OF *	OF / Med	OF / Dent	OF / PSIC	SO / SGT	CB / SD
Eirunepé	AM	FAB	1	1	1	1	2	2
São Gabriel da Cachoeira		FAB	1	1	1	1	2	2
Tabatinga		FAB	1	1	1	1	2	2
Tefé		FAB	1	1	1	1	2	2
Vilhena	RO	FAB	1	1	1	1	2	2
Guajará Mirim		FAB	1	1	1	1	2	2
Cruzeiro do Sul		FAB	1	1	1	1	2	2
Rio Branco	AC	FAB	1	1	1	1	2	2

2.8.12.1 Os membros das Comissões Volantes (CSV) deverão ser dos efetivos do SERMOB/SMOB, com exceção dos médicos, dentistas, psicólogos e enfermeiros. A composição dos efetivos das CSV deverão ser publicados em Boletim Externo da OM, os quais ficarão afastados de sede durante os períodos das supracitadas seleções.

2.8.12.2 Nas Comissões de Seleções Volantes o Presidente será responsável pela expedição e assinatura de todos os documentos confeccionados pela Comissão (pedido de busca, serviços de instalações, declaração para abertura de contas e declaração de comparecimento).

2.9 INCORPORAÇÃO

2.9.1 As Organizações Militares, por meio dos setores responsáveis pela administração do pessoal, em coordenação com a Seção Mobilizadora, deverão preencher os Boletins de Necessidades (Bol Nec), conforme ICA 33-2, de acordo com as suas necessidades para a 1ª e 2ª incorporação de 2012, devendo a quantidade solicitada, em cada padrão, restringir-se a real necessidade da OM. O acréscimo referente à majoração será calculado e acrescentado na distribuição.

2.9.2 Os Boletins de Necessidade (Bol Nec), após serem preenchidos, deverão ser remetidos as SMOB correspondentes até o último dia útil de JUL 2011.

As SMOB deverão remetê-los ao SERMOB até o 10º dia útil de AGO 2011.

2.9.3 O SERMOB, após receber os Bol Nec oriundos das SMOB 71, 72 e 73, os encaminhará à 12ª RM, até o último dia útil de AGO 2011, com vistas à distribuição.

2.9.4 Os OSM devem dar especial atenção aos conscritos participantes de atividades esportivas de associações de renome, os quais, após selecionados, terão prioridade para Incorporação.

2.9.5 Os OSM jurisdictionados ao SERMOB-7 deverão dar prioridade na incorporação aos alunos e ex-alunos do SENAI, SENAC e Institutos de Ensino similares. Deverão, também, manter intercâmbio com as Instituições citadas, com objetivo de motivar seus alunos, informando-os a respeito do Serviço Militar na Aeronáutica.

2.9.6 Os conscritos distribuídos pela 12ª RM não incorporados na 1ª Turma deverão apresentar-se no OSM dia 11 de junho de 2012, para a Seleção Complementar, com vistas à incorporação da 2ª Turma.

2.9.7 Deverá ser realizado o encostamento para os conscritos designados para incorporação, incluída uma majoração necessária para possíveis atritos, no período de 23 a 29 de fevereiro (1ª Turma) e 25 a 31 de julho (2ª Turma), para submetê-los a ordem unida, exercícios de vivacidade, educação física, e demais atividades que possam identificar conscritos que, possivelmente, não se adaptem ao serviço militar.

2.9.8 A critério do Comandante do VII COMAR, visando elevar o perfil técnico profissional dos recursos humanos a serem alocados, mediante avaliação de desempenho durante o Curso de Formação de Soldados(CFSD), deverão ser definidas as OM de destino, apenas dos conscritos designados para Unidades situadas fora da localidade sede da OM incorporadora. Os demais conscritos incorporados serão distribuídos numericamente para as Organizações de destino restantes, sendo as designações nominais estabelecidas pela OM Incorporadora após o Serviço Militar Obrigatório.

2.9.9 Os OSM devem evitar, sempre que possível, incorporar conscritos com destino às OM, sediadas fora do Município de origem dos mesmos.

2.9.10 DATA DE INCORPORAÇÃO:

1ª Turma – 01 MAR 2012.

2ª Turma – 01 AGO 2012.

2.9.10.1 Os conscritos, selecionados e designados para incorporação, deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Cópia e original da Cédula de Identidade;
- b) Certificado de Alistamento;
- c) Cópia e original do CPF;
- d) Cópia e original do Título de Eleitor;
- e) Comprovante de Escolaridade; e
- f) Cópia e original do comprovante de residência.

2.9.10.2 Os conscritos, selecionados e designados para incorporação, serão incorporados para prestação do Serviço Militar Inicial, como Soldados de 2ª Classe, pelo prazo de 11 (onze) meses.

2.9.11 ORGANIZAÇÕES MILITARES RESPONSÁVEIS PELA INCORPORAÇÃO E FORMAÇÃO DOS CONVOCADOS.

a) Base Aérea de Manaus:

- Sétimo Comando Aéreo Regional (VII COMAR);
- Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA);
- Prefeitura de Aeronáutica de Manaus (PAMN);
- Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA IV);
- Destacamento de Apoio à COMARA de Manaus (DACO-MN);
- Hospital de Aeronáutica de Manaus (HAMN);
- Primeiro Esquadrão do Quarto Grupo de Aviação (1º/4º GAV);
- Primeiro Esquadrão do Nono Grupo de Aviação (1º/9º GAV);
- Sétimo Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (7º/8º GAV);
- Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo (7º ETA);
- Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial de Manaus (BINFAE-MN);
- Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus (DSM-MN);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Manaus (DTCEA-MN);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Eduardo Gomes (DTCEA-EG);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Tabatinga (DTCEA-TT);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de São Gabriel da Cachoeira (DTCEA-UA);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Eirunepé (DTCEA-EI);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Manicoré (DTCEA-MY);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Tefé (DTCEA-TF);
- Destacamento de Aeronáutica de São Gabriel da Cachoeira (DASG); e
- Destacamento de Aeronáutica de Eirunepé (DAEI);

b) Base Aérea de Boa Vista:

- Prefeitura de Aeronáutica de Boa Vista (PABV);
- Primeiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (1º/3º GAV); e
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Boa Vista (DTCEA-BV).

c) Base Aérea de Porto Velho:

- Prefeitura de Aeronáutica de Porto Velho (PAPV);
- Segundo Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação (2º/3º GAV);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Porto Velho (DTCEA-PV);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Guajará-Mirim (DTCEA-GM);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Vilhena (DTCEA-VH);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Rio Branco (DTCEA-RB);
- Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Cruzeiro do Sul (DTCEA-CZ); e
- Destacamento de Aeronáutica de Vilhena (DAVH).

2.9.12 INCLUSÃO NO EXCESSO DE CONTINGENTE

2.9.12.1 As Seções Mobilizadoras, após a incorporação de cada grupamento, poderão incluir no Excesso do Contingente”, a contar de 1º de março e 1º de agosto de 2012, 1ª e 2ª Turma, respectivamente, os conscritos que excederem às necessidades, de acordo com o nº 2 do Art. 105 do RLSM, remetendo a cópia do Boletim Interno ao SERMOB-7 para posterior remessa a 12ª RM/SSMR.

2.9.12.2 Os conscritos incluídos no “Excesso de Contingente” provenientes do grupamento “A” (1ª Turma) e os do grupamento “B” (2ª Turma), deverão ser encaminhados a partir de 15 de agosto de 2012, às respectivas Juntas do Serviço Militar para o recebimento dos Certificados de Dispensa de Incorporação.

3 SELEÇÃO DE MÉDICOS, FARMACÊUTICOS, DENTISTAS E VETERINÁRIOS (MFDV).

3.1 SELEÇÃO ESPECIAL DO QOCon MFDV

3.1.1 São convocados para a Seleção Especial os brasileiros estudantes do sexo masculino, do último semestre dos cursos de Instituições de Ensino(IE) tributários, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Saúde, de formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários.

3.1.2 São, também, convocados, compulsoriamente, os brasileiros, do sexo masculino, formados em anos anteriores que, ainda, estejam em débito com o Serviço Militar e os portadores de Certificados de Alistamento Militar(CAM) ou de Dispensa de Incorporação(CDI).

3.1.3 A seleção para o Serviço Militar dos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários é regulada pela Portaria COMGEP nº 41/5EM, de 23 de abril de 2009.

3.2 VOLUNTARIADO PARA A SELEÇÃO ESPECIAL

3.2.1 Os estudantes do último ano dos cursos de formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários das IE não tributárias, oficiais ou reconhecidos, que estejam em dia com as obrigações militares e eleitorais e que tenham menos de trinta e oito (38) anos de idade, referida até 31 DEZ 2012, possuidores de qualquer documento comprobatório de situação militar (Parágrafos 3º e 4º do Art. 5º e Art. 38 do RLMFDV).

3.2.2 Se forem aceitos e selecionados, terão os mesmos deveres dos convocados.

3.2.3 A apresentação na Comissão de Seleção Especial(CSE) será, apenas, para fins de cadastramento e opção pela Força.

3.2.4 As mulheres, voluntárias, do último semestre dos cursos de Institutos de Ensino (IE), destinadas à formação de Médicas, Farmacêuticas, Dentistas e Veterinárias (MFDV) e as formadas em anos anteriores, com menos de 38 anos de idade referida a 31 DEZ 2012 e observadas as normas para aplicação dos decretos nº 1.294 e nº 1.295, de 26 OUT 1994.

3.3 COMISSÃO DE SELEÇÃO ESPECIAL (CSE)

3.3.1 A seleção dos estudantes ou dos profissionais já formados nas áreas de medicina, de farmácia, de odontologia e de medicina veterinária é regulamentada por legislação específica(RLMFDV), sendo executada pela CSE, constituída por militares do 9º DN, VII COMAR, 12ª RM, sob a coordenação e a responsabilidade da 12ª Região Militar e, em conformidade com o Art. 16 do RLMFDV.

3.4 COMISSÃO DE SELEÇÃO INTERNA PARA O MFDV (CSI)

3.4.1 Será formada uma CSI, a fim de realizar a Inspeção de Saúde e Testagem Psicológica para o MFDV, designados para incorporação na Aeronáutica, pela 12ª RM.

3.4.2 A Comissão terá como Presidente o Chefe do SERMOB-7, e como membros, militares do efetivo do SERMOB-7, SERSA-7 e HAMN.

3.4.3 O Exmo. Sr. Cmt. Do VII COMAR é o responsável pela designação dos militares que irão compor a CSI, por meio de publicação no Boletim Externo.

3.4.4 O Hospital de Aeronáutica de Manaus deverá indicar até o dia 16 de novembro de 2011, 01 (um) dentista e 01 (um) farmacêutico para comporem a Comissão de Seleção Interna para o MFDV-2011, para prestação de serviço no SERMOB-7. O Médico que comporá a Comissão será do efetivo do SERSA-7.

3.5 SELEÇÃO COMPLEMENTAR PARA O QOCon MFDV

3.5.1 Os candidatos(as) convocados(as) para a seleção complementar e designados para a incorporação, serão submetidos à inspeção de saúde no HAMN e a testagem psicológica, aplicada pelo IPA.

3.5.2 A CSI/SERMOB deverá esclarecer às candidatas que a situação de gestante é condição incompatível com o seu aproveitamento para fins de incorporação na Força, em face dos riscos decorrentes da participação nas atividades militares da Primeira Fase do EAS, as quais firmarão, por escrito, estarem cientes (anexo B).

3.5.3 Serão considerados habilitados para a incorporação em seleção complementar, os designados que obtiverem parecer “APTO A” na inspeção de saúde e que forem selecionados pelo critério discricionário.

3.5.4 A escolha definitiva dos MFDV para a incorporação deverá recair nos candidatos convocados e cadastrados, considerando-se as necessidades em cada especialidade e as conveniências da administração, até o número total ou aproximado de vagas, acrescido de 25%, como majoração, para eventuais substituições.

3.5.5 Os candidatos que não forem aproveitados serão encaminhados a 12ª RM.

3.6 ADIAMENTO DE INCORPORAÇÃO

3.6.1 O MFDV convocado que comprovar no dia da reunião inicial da Seleção Complementar, que foi aprovado, matriculado ou que está cursando residência médica, pós-graduação ou outro curso similar, em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, será encaminhado a sua respectiva CSE para solicitar o seu adiamento junto ao Exército.

3.7 INCORPORAÇÃO

3.7.1 Após a Seleção Complementar, os MFDV julgados aptos, serão incorporados pelo COMAR, de acordo com o número de vagas autorizado pelo COMGEP, por intermédio da Divisão do Serviço Militar da DIRAP.

3.7.2 Os médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, selecionados e designados, serão incorporados para prestação do Serviço Militar, como Aspirantes-a-Oficial, pelo prazo de 12 (doze) meses.

3.7.3 Os convocados para a incorporação deverão apresentar o original e duas cópias dos seguintes documentos:

- a) CPF;
- b) Cédula de identidade;
- c) Certidão de nascimento ou casamento;
- d) Documento militar, devidamente atualizado;
- e) Comprovante do respectivo conselho regional; e
- f) Comprovante de residência.

3.8 DATA DE INCORPORAÇÃO:

1ª Turma – 01 FEV 2012;

2ª Turma: a critério da administração, e em função do não recompletamento das necessidades de MFDV na incorporação de fevereiro, poderá ser realizada uma segunda incorporação para realização do EAS, no primeiro dia útil de agosto, em caráter voluntário, de MFDV, de acordo com o item 2.6, subitem 2.6.4.1, da ICA 33-1, de 29 ABR 2009.

3.9 CONVOCAÇÕES POSTERIORES

3.9.1 A convocação posterior de oficiais QOCon MFDV R-2 tem por finalidade atender à real necessidade de preenchimento de vagas nas diversas Organizações Militares da Aeronáutica.

3.9.2 Para a convocação posterior é obrigatório que sejam atendidas as exigências constantes na ICA 33-1, de 29 ABR 2009, elaborada pelo COMGEP.

3.9.3 O Oficial R-2 reincorporado deverá realizar, obrigatoriamente, o Estágio de Instrução e Serviços(EIS), que terá a duração de 01(um) ano e será prestado, em princípio, na OM em que o convocado tenha prestado a 3ª fase do EAS.

3.9.4 O Oficial convocado será reincorporado no posto em que se encontrava na reserva de 2ª classe, por ato do Comandante do VII COMAR e incluído, neste mesmo Ato, no estado efetivo da OM onde realizará o EIS.

3.9.5 O Oficial reincorporado será submetido à instrução de atualização de conhecimentos e procedimentos militares, a ser realizada pelo BINFAE-MN ou OM designada, nos primeiros 08 (oito) dias, a partir da data da reincorporação, de acordo com o item 4, subitem 4.10, da ICA 33-1/2009, de 29 ABR 2009.

3.9.6 A seleção para o EIS estará a cargo do SERMOB-7.

3.10 SISTEMÁTICA PARA A CONVOCAÇÃO DO EIS

3.10.1 Essa seleção constará de uma reavaliação do(a) oficial QOCon MFDV R-2, compreendendo inspeção de saúde e testagem psicológica, por intermédio da CSI/SERMOB-7.

3.10.2 Para requerer, o(a) oficial QOCon MFDV R-2 deverá preencher os seguintes requisitos básicos:

- a) ter menos de 45(quarenta e cinco) anos de idade, até a data da reincorporação;
- b) estar “em dia” com suas obrigações militares e eleitorais;
- c) estar em pleno gozo do exercício da medicina, farmácia ou odontologia, comprovado por declaração ou certidão fornecida pelo conselho regional correspondente;
- d) não estar respondendo ou ter sido condenado em processos cíveis, policiais ou jurídico-criminais de qualquer natureza; (declaração de próprio punho);
- e) ser domiciliado no município sede da OM pretendida; e
- f) ser possuidor de especialização de interesse da OM pretendida.

3.10.3 O(a) oficial QOCon MFDV R-2 deverá anexar ao requerimento os seguintes documentos:

- a) declaração e/ou certidão de que trata o item 3.2.1, letras “c” e “d”;
- b) cópia autenticada da carta patente, devidamente atualizada;
- c) cópia autenticada do cartão de identidade expedido pela Força a qual prestou serviço;
- d) cópia autenticada do título de eleitor e CPF;
- e) currículo com cópias autenticadas dos títulos de especializações e estágios;
- f) cópia autenticada das Folhas de Alterações; e
- g) cópia autenticada de Comprovante de domicílio.

3.10.4 Os oficiais QOCon-MFDV R-2 que estejam na reserva não remunerada que desejarem ser convocados para a Seleção, visando a inclusão no Estágio de Instrução e Serviço(EIS), deverão requerer ao Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica, no período de 04 JUL a 19 SET 2011, por meio da OM onde deseja servir. O requerimento com despacho do Comandante da OM, deverá dar entrada neste COMAR até 14 OUT 2011.

3.10.5 No requerimento, deverão constar seus dados pessoais, o período e a OM onde realizou e concluiu com aproveitamento as fases do EAS, a OM onde pretende realizar o EIS e o endereço domiciliar.

3.10.6 Para os Oficiais QOCon R-2 serem submetidos à seleção para o EIS deverá haver parecer favorável do Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica.

3.10.7 A Seleção para o EIS compreenderá a Inspeção de Saúde (letra “A” – item 2.1 da IRIS), Exame Psicológico, avaliação moral e profissional, por meio da análise do currículo, de forma a adequá-los às necessidades da Força.

3.10.8 Cumpridas as exigências, o oficial será reincorporado, por ato do Comandante do VII COMAR, e incluído no estado efetivo da OM para a qual foi convocado, de acordo com as necessidades da administração.

4 CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO EAT (QOCon Tec)

4.1 A convocação de profissionais de nível superior de interesse do COMAER, voluntários e em situação de regularidade com o Serviço Militar, visando à mobilização de candidatos à seleção de pessoal para a realização do EAT e o conseqüente ingresso no QOCon, será efetivada por meio de avisos de convocação e de instruções específicas, a serem divulgadas por intermédio da mídia local, do Portal do COMAER na Internet e na Intraer, do Diário Oficial da União (DOU) e de outros meios julgados necessários.

4.2 INSCRIÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO EAT

4.2.1 São condições para a inscrição e para a participação de profissionais de nível superior no processo seletivo ao EAT:

- a) ser voluntário;
- b) se militar da ativa, não estar cumprindo o SMI;
- c) não ser oficial ou sargento de carreira ou praça estabilizada;
- d) ter, se militar, parecer favorável do Chefe, Comandante ou Diretor da OM em que serve;
- e) estar classificado, se militar, no mínimo, no “Bom Comportamento”;
- f) apresentar Declaração de Voluntariado e Compromisso para a Prestação do Serviço Militar Temporário, anexando o diploma de conclusão do curso profissional de nível superior, na área de sua capacitação, necessária ao Comando da Aeronáutica;
- g) não ter completado trinta e oito anos de idade até a data da respectiva incorporação;
- h) estar prevista, para o processo seletivo, pelo menos uma vaga para a sua especialidade em OM sediada na localidade, região metropolitana ou guarnição onde resida.
- i) ter concluído com aproveitamento ou estar em condições de concluir curso superior de graduação (bacharelado, licenciatura ou tecnologia) em área necessária ao Comando da Aeronáutica, de forma que possa apresentar, por ocasião da habilitação à matrícula ao EAT, o diploma ou certificado de conclusão do referido curso devidamente registrado, emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação ou, ainda, declaração, devidamente autenticada, expedida pelo estabelecimento de ensino, atestando a conclusão do referido curso;
- j) encontrar-se quites com o Serviço Militar até a data da matrícula no EAT;
- k) estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- l) não estar respondendo a qualquer processo criminal, bem como não estar cumprindo pena por crime militar ou comum;
- m) não possuir registros criminais referentes a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado;
- n) se do sexo feminino, não apresentar estado de gravidez entre as datas de inscrição para o processo seletivo e de início do EAT e atender às condições previstas na legislação pertinente (Decretos n 1.294 e 1.295, de 26 de outubro de 1994);

o) não ter sido, anteriormente, desligado de curso ou estágio ministrado em estabelecimento militar de ensino por motivo disciplinar ou de conceito moral.

ICA 33-14/2011 23

4.2.2 São condições para a inscrição e para a participação de sacerdotes e pastores no processo seletivo ao EAT para o preenchimento de vagas de Capelães Militares as condições descritas nas letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n” e “o”, do item 4.2.1 desta Instrução, e ainda:

- a) ser padre da Igreja Católica Apostólica Romana ou Pastor Evangélico;
- b) ter curso de formação teológica regular de nível superior, reconhecido pela autoridade eclesiástica de sua religião; e
- c) ter consentimento expresso da autoridade eclesiástica da respectiva religião.

4.2.3 A Divisão de Serviço Militar da DIRAP, por ocasião da elaboração dos avisos de convocação e das instruções específicas para o processo seletivo para o EAT, poderá estabelecer condições adicionais de cunho administrativo, desde que não contrariem as determinadas nestas instruções.

4.3 SELEÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO EAT

4.3.1 A realização da Seleção será gerenciada no âmbito do VII COMAR, por uma ou mais Comissões de Seleção Interna (CSI), a serem designadas pelo Comandante do VII COMAR, através de publicação em Boletim Externo.

4.3.2 Caso haja claro de Capelão Militar a ser preenchido, a CSI deverá ter em sua composição, pelo menos, um representante do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica (SARA), a fim de coordenar a seleção e designação dos candidatos destinados ao preenchimento dos cargos relacionados com esse Serviço.

4.3.3 A Seleção constará das seguintes etapas:

- a) verificação documental;
- b) inspeção de saúde;
- c) exame físico, por intermédio da inspeção de saúde; e
- d) exame de aptidão psicológica.

4.3.4 A verificação documental tem por finalidade identificar as qualificações profissionais visando à posterior classificação dos profissionais nas OM do COMAER.

4.3.5 Todas as etapas do processo seletivo serão aplicadas de acordo com as instruções e as normas em vigor no COMAER.

4.4 INCORPORAÇÃO, MATRÍCULA NO EAT E CLASSIFICAÇÃO

4.4.1 DATA DA INCORPORAÇÃO:

- 1ª Turma – 01 FEV 2012; e
- 2ª Turma – 01 AGO 2012.

4.4.2 No ato de incorporação, efetivado pelo Comandante do VII COMAR e publicado no respectivo Boletim Externo Ostensivo, constará:

- a) a declaração de Aspirante-a-Oficial do QOCon;
- b) a ordem de matrícula na 1ª fase do EAT;

c) a declaração de residência na sede, localidade, região metropolitana ou guarnição da OM de destino; e

24

ICA 33-14/2011

d) o tempo de serviço militar anterior, caso possua, e a Força Armada em que o prestou.

4.4.3 Os candidatos habilitados serão incorporados pelo COMAR, conforme o número de vagas estabelecido, e incluídos no efetivo das OM responsáveis pela primeira fase do EAT, desde que sediadas nas mesmas localidades das OM de destino.

4.4.4 Após o término do EAT, os aprovados serão classificados pela DIRAP nas OM a que se destinam.

4.4.5 Os candidatos a serem destinados às OM sediadas em localidades diferentes das sedes das OM responsáveis pela primeira fase do EAT serão incluídos no efetivo das OM de destino, ficando adidos às OM responsáveis pela primeira fase do EAT.

4.5 CONVOCAÇÃO, INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E INCORPORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO EIT

4.5.1 Poderão ser convocados para o EIT, em caráter voluntário, os integrantes do QOCon Tec que solicitarem prorrogação de tempo de serviço por conclusão com aproveitamento de todas as fases do EAT.

4.5.2 Em caráter excepcional, visando a atender necessidades de preenchimento de claros em determinadas especialidades na OM, eventualmente poderão ser convocados e incluídos ou reincluídos no QOCon Aspirantes-a-Oficial ou Oficiais R-2, desde que tenham concluído todas as fases do EAT ou de estágios equivalentes realizados nas Forças Armadas.

4.5.3 A inclusão ou reinclusão no QOCon de Aspirantes-a-Oficial ou Oficiais R-2, para a realização do EIT, dependerá de despacho favorável do Comandante da Aeronáutica ou de autoridade delegada em requerimento a ser apresentado pelo interessado, uma vez constatada a existência de vaga e a real necessidade de seu preenchimento por meio dessa modalidade.

4.5.4 Não poderão ser convocados para o EIT:

a) os militares da ativa, à exceção dos integrantes do QOCon Tec, e os militares da reserva remunerada; e

b) os Aspirantes-a-Oficial e os Oficiais R-2 que tenham:

- mais de quarenta e quatro anos de idade na data da respectiva incorporação;
- atingido o limite de oito anos de efetivo serviço prestados a qualquer uma das Forças Armadas, contínuos ou não, contabilizada qualquer espécie de serviço militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros); ou
- a perspectiva de atingir o limite de oito anos de efetivo serviço durante a realização do EIT.

4.5.5 Além dos itens acima especificados, os processos de Convocação, Inscrição, Seleção e Incorporação para a realização do EIT deverão considerar, no que não for conflitante, os critérios utilizados no processo de Convocação e Incorporação para a realização do EAT.

4.5.6 Os candidatos habilitados serão incorporados pelos COMAR e incluídos no efetivo das OM de destino, onde será realizado o EIT.

5 PRESCRIÇÕES DIVERSAS

5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1.1 Deverá ser evitada a inclusão, para a prestação do Serviço Militar Inicial, de cidadãos que possam ter alguma incompatibilidade com a vida castrense. Convém, por isso, que, além de uma averiguação a respeito em todas as fases da convocação, recrutamento e a inspeção de saúde seja a mais rigorosa possível.

5.2 INSTRUÇÕES ÀS OM JURISDICIONADAS, SUBORDINADAS E AS INCORPORADORAS

5.2.1 Deverão ser observados os prazos estabelecidos na ICA 33-2, no que se refere aos prazos para remessa de informações, planejamento de incorporações, licenciamentos e outros.

5.2.2 A 1ª Seção do EM-7, o SERENS-7 e o SERSA-7 deverão observar as determinações, as instruções e prazos constantes da Tabela de Eventos (DIRAP/DSM/2011) e no documento mencionado no parágrafo anterior.

5.2.3 Visando um melhor desenvolvimento nos trabalhos realizados, as OM subordinadas e jurisdicionadas ao VII COMAR não devem impor aos militares pertencentes aos Órgãos do Serviço Militar(OSM) missões estranhas às suas atribuições específicas. Os mesmos devem ser afastados de qualquer escala de serviço, formatura ou representação nos períodos de Seleção/Incorporação (estabelecidos nesta ICA) e Exercício de Apresentação da Reserva – EXAR (01 a 31 DEZ), de acordo com o Decreto nº 3.702, de 27 DEZ de 2000 e Portaria Normativa Nº 31/MD, de 05 JAN 2011 (Plano Geral de Convocação – 2012).

5.2.4 Os órgãos de execução do serviço militar devem envidar todos os esforços no sentido de que as informações e os demais documentos, de interesse do serviço militar, sejam fornecidos e/ou remetidos nos prazos estabelecidos.

5.2.5 Os órgãos de execução do serviço militar deverão, ainda, remeter ao VII COMAR (SERMOB-7), até o quinto dia útil após o dia da incorporação, 01(um) exemplar físico do Boletim de Incorporação da 1ª e 2ª turmas e o Boletim de Alteração e Cadastro(BAC) eletronicamente, respectivamente.

5.3 INCORPORADO POSSUIDOR DO TÍTULO DE ELEITOR

5.3.1 Os Títulos de Eleitor dos conscritos incorporados não poderão ser recolhidos, tendo em vista o prescrito no Parágrafo único do Art. 91 da lei nº 9.504, de 30 SET1997 (estabelece normas para as eleições).

5.3.2 As seções de instrução das OM incorporadoras/formadoras e a direção do Estágio de Adaptação e Serviço(EAS) para os MFDV deverão, num prazo máximo de trinta dias após a incorporação ou matrícula, encaminhar às respectivas zonas eleitorais, organizadas por seção eleitoral as relações dos militares que deixarão de votar, por estarem enquadrados na restrição prevista no § 2º do Art. 14 da Constituição, conforme entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), prolatado em Sessão de 03 NOV 1989 informado com o Telex nº 3.927, de 4 de novembro de 1989, em resposta a

consulta formulada pelo, então Ministério do Exército, e ofícios nº 1.577/SJ, de 28 JUN 1995 e nº 2.643, de 26 SET 1995, ambos do Presidente do (TSE).

5.4 ADIAMENTO DE INCORPORAÇÃO

5.4.1 O cidadão da Classe convocada para o Serviço Militar inicial que comprovar, até 15 dias antes da data da Incorporação, que foi aprovado, matriculado ou que está cursando uma Escola Técnica ou similar, reconhecida pelo Ministério da Educação, poderá, a critério do Comandante do VII COMAR, obter adiamento de Incorporação, por prazo correspondente ao do curso citado. Ao término do adiamento concedido, o conscrito terá prioridade de Incorporação.

5.4.2 Com, exceção dos casos de incorporação obrigatória de insubmisso, desertor e desistente de eximido, cujos direitos políticos tenham sido suspensos (Art. 80 e Parágrafo único do Art. 244 do RLSM), não é lícito incluir conscritos no “Contingente-tipo” de uma organização, para o fim exclusivo de castigo por ser “refratário” ou sem a conveniente interpretação do disposto nos Art. 82, 83 e no nº 3 do § 3º do Art. 98 do RLSM, os quais não impõem obrigatoriedade de incorporação, mas sim, ainda, uma seleção por comparação (Art. 83 do RLSM), ou uma suposição de que o conscrito possui qualidades, ou haja conveniência para a integração do naturalizado (Art. 82 e 98 do RLSM).

5.4.3 O convocado, designado para incorporação ou matrícula, que transferir sua residência, deverá se apresentar no VII COMAR, com a maior brevidade possível, a fim de concorrer à seleção complementar (nº 1 do Art. 82 do RLSM). Essa apresentação poderá ser feita em órgão que possua competência para representar o VII COMAR que jurisdicione o local de residência do conscrito.

5.4.4 O convocado que, depois de alistado, alegar imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política para eximir-se de atividades de caráter essencialmente militar, deverá ser encaminhado, normalmente, à Seleção Geral da classe. Somente após ter sido considerado apto naquela seleção, receberá designação para a prestação de Serviço Alternativo, conforme previsto na legislação em vigor.

5.4.5 Ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política salvo se as invocas para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei (inciso VIII do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil).

5.5 DISTRIBUIÇÃO DOS SELECIONADOS APTOS

5.5.1 A majoração dos conscritos selecionados e julgados aptos deverá constar das Instruções Complementares de Convocação (ICC) de cada Força, cabendo ao respectivo Comandante Militar definir os casos especiais e os percentuais da referida majoração, adequada aos mesmos. Nos municípios tributários de mais de uma Força, a majoração será de 100% do efetivo a ser incorporado.

5.5.2 A distribuição dos selecionados aptos será realizada pela RM, em suas áreas de responsabilidade, atendendo as necessidades dos comandos dos DN e COMAR e observando os seguintes critérios:

- 1ª prioridade: atender os Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva;
- 2ª prioridade: a Força que incorpora o menor efetivo;

- 3ª prioridade: a Força que incorpora o segundo menor efetivo; e
- 4ª prioridade: a Força que incorpora o maior efetivo.

5.6 DISTRIBUIÇÃO PARA O GRUPAMENTO 'B' (2ª Turma):

- a) Os convocados que, por qualquer motivo, não tiverem obtido adiamento de incorporação e durante a época de Seleção Geral comprovarem estarem inscritos para exames de admissão à Escola Naval, à Academia da Força Aérea Brasileira, ao Colégio Naval, à Escola Preparatória de Cadetes do Exército, à Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica, ao Instituto Militar de Engenharia (IME), ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), à Escola de Sargentos das Armas, à Escola de Especialistas da Aeronáutica, à Escola de Formação de Oficiais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, às Escolas de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha, à Escolas de Aprendiz-de-Marinheiros, ao Curso de Formação de Soldados do Corpo de Fuzileiros Navais, poderão ser distribuídos, dentro das necessidades de cada Força, para a 2ª Turma de incorporação ou para incorporação em OM integrantes do Grupamento "B", caso não tenham sido aprovados nos referidos exames;
- b) Os estabelecimentos acima referidos informarão aos DN, às RM e aos COMAR interessados, até 15 de abril do ano da matrícula, o nome dos convocados, que neles hajam sido matriculados, a fim de permitir o cancelamento das respectivas designações para incorporação e demais providências necessárias. Deverão comunicar, também, dentro de trinta dias da ocorrência, o nome dos convocados que efetuaram matrícula e dos que foram desligados ou eliminados.

5.7 INCORPORAÇÃO OU MATRÍCULA

5.7.1 Os refratários de que trata o Art. 99 do RLSM não poderão obter o adiamento de incorporação/matricula, com fim de se candidatarem à matrícula nas Escolas, Centros, Cursos e Institutos previstos no nº 1 e 2 do Art. 98 do RLSM.

5.8 ESTABELECIMENTOS DIRETAMENTE RELACIONADOS COM A SEGURANÇA NACIONAL

5.8.1 Observar o nº 5, § 6º e §7º do Art. 105 do RLSM.

5.8.2 Para obtenção da dispensa de incorporação prevista no nº 5 do Art. 105 do RLSM o brasileiro, além de pertencer à classe convocada e ser operário, funcionário ou empregado de estabelecimento ou de Empresa industrial incluída pelo Ministério da Defesa como relacionada com a Segurança Nacional, de acordo com o nº 4 do Art. 27 daquele Regulamento, deverá estar no exercício de trabalho imprescindível ao funcionário do estabelecimento ou da empresa, no mínimo, há um ano.

5.8.3 A relação dos estabelecimentos diretamente relacionados com a Segurança Nacional será divulgada por meio de portaria publicada pelo Ministério da Defesa (MD) e encaminhada aos Comandos Militares.

5.9 ENTREGA DE CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORACAO (CDI) E DE ISENÇÃO (CI).

5.9.1 Os CDI para os convocados previstos no nº 1 do Art. 105 do RLSM, deverão ser entregues no mais curto prazo, a critério de cada Força.

5.9.2 Os CDI para os convocados previstos no nº 6 do Art. 105 do RLSM, poderão ser entregues a partir do alistamento, a critério de cada Força, desde que o alistando resi-

28

ICA 33-14/2011

dente em Municípios Tributários, proceda conforme o § 1º do Art. 43 e § 10 do Art. 105 do RLSM.

5.9.3 Os CDI para os casos previstos nos Art. 55, 56 e nº 2 do § 2º do Art. 93 do RLSM, bem como, para os cidadãos considerados como “Problema Social” deverão ser entregues durante a Seleção Geral ou imediatamente após o seu término.

5.9.4 Os CDI para os casos previstos no nº 2 do Art. 105 do RLSM, deverão ser entregues imediatamente após o conhecimento da designação.

5.9.5 Os CDI para convocados designados à incorporação e que forem incluídos no Excesso de Contingente de cada OM (majoração), deverão ser entregues até trinta dias após a data de incorporação ou matrícula.

5.9.6 Os que adquirirem a condição de arrimo, entre a Seleção e a Incorporação, ou que declarado durante a seleção, deverão ter o mesmo tratamento previsto no subitem anterior.

5.9.7 Os conscritos que receberam, o CDI, continuarão com as obrigações previstas na legislação do Serviço Militar.

5.9.8 O SERMOB-7 e as Seções Mobilizadoras ficarão responsáveis pela expedição de 2ª via de CDI para os dispensados de incorporação alistados até o ano de 2002. Os alistados e dispensados de incorporação a partir de 2003, só poderão obter a 2ª via de CDI nas JSM.

5.9.9 O CI do conscrito julgado “Incapaz C” ou “Incapaz Moral” durante a época da seleção geral deverá ser entregue imediatamente.

5.10 PREFERENCIADOS

5.10.1 Os conscritos que, desde a época do alistamento ou da seleção exercerem ocupações com as características de interesse especial de determinada Força terão “Destino Preferencial” (Art. 69 do RLSM) para essa Força, a qual fixará a melhor maneira para o seu aproveitamento. Só mediante entendimento entre os Comandos das Forças Singulares, o preferenciado de uma Força poderá ser aproveitado em outra.

5.11 CERTIFICADOS, TAXAS E MULTAS

5.11.1 As solicitações dos impressos padronizados das SMOB-71, SMOB-72 e SMOB-73, deverão ser feitos por intermédio do SERMOB-7 à Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP/DSM).

5.12 SITUAÇÃO DO APRESENTADO FORA DO PRAZO E DO REFRATÁRIO

5.12.1 Conscrito alistado originalmente em um órgão alistador da Aeronáutica, com RA emitido até o final de 2002 e que esteja em débito com o Serviço Militar:

a) deverá ser encaminhado para a Junta do Serviço Militar com carimbo no verso do CAM, informando a situação em que se encontra;

b) a Junta de Serviço Militar (JSM) deverá confirmar a situação militar do cidadão no CAM;

c) se for configurada a situação de refratário, a JSM recolherá as multas devidas e o CAM original;

ICA 33-14/2011

29

d) a JSM realizará novo alistamento com a data de expedição do CAM original da Aeronáutica;

e) o Certificado de Alistamento Militar (CAM) original deverá ser remetido à 12ª RM, que por sua vez, remeterá ao órgão alistador da Aeronáutica para anulação; e

f) a JSM deverá vincular o cidadão à classe convocada.

5.12.2 O brasileiro só será considerado refratário por tantas vezes quantas sejam as suas faltas às anuais e sucessivas às seleções, se residir em Municípios Tributários (MT) e a partir do recebimento do CAM (Parágrafo único do nº 2) do Art. 178 do RLMS.

5.12.3 O refratário, após alistado e vinculado a uma outra classe primeira vez, será considerado em dia com o Serviço Militar até a Seleção da classe a que estiver vinculado.

5.12.4 O refratário, depois de alistado e vinculado a uma outra classe, que faltar à Seleção da Classe a que estiver vinculado, não poderá fazer prova de que está em dia com o Serviço Militar até que tenha definida sua situação militar, mesmo que tenha efetuado o pagamento da multa prevista no RLMS, correspondente àquela situação.

5.13 ANOTAÇÕES NOS CI E CDI FORNECIDOS.

5.13.1 As anotações a serem realizadas nos Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) e Certificado de Isenção (CI) deverão estar de acordo com o constante dos Art. 165 e 166 do Regulamento da Lei do Serviço Militar.

5.14 PRAZO DE VALIDADE INICIAL DO CAM E SUA REVALIDAÇÃO.

5.14.1 Na ocasião da lavratura do CAM será registrada, como limite de validade inicial, a data de 31 de dezembro de 2011 para os alistados até 29 de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2012 para os alistados de 02 de maio a 30 de dezembro de 2011 (RLMS, Art. 42, § 1º).

5.14.2 A validade do CAM será prorrogada de acordo com o que estabelece o Art. 42, § 2º do RLMS.

5.15 RELATÓRIO

5.15.1 As Seções Mobilizadoras (SMOB) remeterão ao Serviço Regional de Recrutamento e Mobilização (SERMOB-7) até os dias 19 MAR 2012 (Relatório – 1ª Incorporação) e 20 AGO 2012 (Relatório – 2ª Incorporação) os Relatórios de Conscrição da Classe convocada nos quais constarão os totais de:

Relatório – 1ª Incorporação

- a) incorporados na primeira turma em 2012; e
- b) observações e sugestões.

Relatório – 2ª Incorporação

- a) incorporados na segunda turma em 2012; e
- b) observações e sugestões.

30

ICA 33-14/2011

5.16 EXCESSO DE CONTINGENTE

5.16.1 Os convocados julgados aptos, que forem incluídos no Excesso de Contingente resultante da majoração e os demais não distribuídos, continuarão:

- a. durante a prestação do Serviço Militar Inicial da classe, sujeitos à chamada complementar para o reacompletamento ou acréscimo de efetivo de OM desfalcadas ou que forem criadas; e

- b. sujeitos à convocação de emergência para evitar a perturbação da ordem ou para sua manutenção ou, ainda, em, caso de calamidade pública.

5.17 ALISTAMENTO E SELEÇÃO UNIFICADA NAS FORÇAS ARMADAS EM MUNICÍPIOS TRIBUTÁRIOS A MAIS DE UMA FORÇA

5.17.1 As Juntas de Serviço Militar (JSM) dos municípios realizarão o alistamento de todos os cidadãos independentemente da Força em que cada um desejar servir.

5.17.2 Deverão ser carimbados no verso do Certificado de Alistamento Militar (CAM) dos residentes em municípios tributários (MT) a data e o local em que deverão se apresentar para a Seleção Geral.

5.17.3 Na Seleção Geral as CSFA deverão seguir os procedimentos descritos nas Normas de Procedimento das Comissões de Seleção (NPCS) e Diretriz Sobre a Unificação do Alistamento, da Seleção, da Distribuição e da Designação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas.

5.17.4 O cidadão, depois de designado para a incorporação ou matrícula, deverá ser submetido Seleção Complementar sob a responsabilidade da Força para a qual foi destruído e, se não for selecionado, incluído no “Excesso de Contingente”.

5.18 CONSCRITOS MAIORES DE TRINTA ANOS DE IDADE

5.18.1 Os conscritos maiores de trinta anos de idade, exceto os “preferenciados”, terão suas situações regularizadas pelo Exército, mesmo que de municípios tributários exclusivos da Marinha ou da Aeronáutica. Contudo, se o município for sede exclusiva de OM da Marinha ou da Aeronáutica, o encargo total será atribuído à Força correspondente.

5.19 INSUBMISSÃO

5.19.1 O Convocado à Incorporação ou Matrícula que deixar de se apresentar em até 24 horas após o dia marcado, ou apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial da Incorporação ou Matrícula, será declarado INSUBMISSO, devendo a OM proceder conforme preconiza o Art. 463, do Código de Processo Penal Militar (CPPM), § 3.º do Art. 75 e Art. 113 a 116 do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM).

5.19.2 Recomenda-se, para comprovação Judicial de INSUBMISSO, a assinatura do convocado, em documento a ser arquivado no OSM, que determine, de modo inequívoco, a data da sua apresentação na OM Incorporadora.

5.19.3 Para efeito de aplicação da legislação especial a que se refere o Art. 81, do RLSM e, para aplicação específica nos processos de Insubmissão, de acordo com o Art. 464 do CPPM e acórdão do Superior Tribunal Militar (STM), de 08 ABR 1983, dado a apelação nº 43.624/5, o Insubmisso que se apresentar ou for capturado, deverá

ficar detido, a partir da data de sua apresentação ou captura, tendo direito ao “quartel” por menagem e sendo mandado à inspeção de saúde, para fins de justiça, ficando numa das seguintes condições:

ICA 33-14/2011

31

a) julgado apto, deverá ser incorporado a contar da data de apresentação ou captura;

b) apresentando condições de incapacidade prevista para os conscritos em geral; ou seja, incluído em um dos grupos B1, B2 ou C, será considerado incapaz definitivamente, sendo dispensado da Incorporação, ficando, em consequência, dispensado do processo e da inclusão. (Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 08 de ABR 1983, dado na Apelação nº43.624-5).

5.20 TRANSFERÊNCIA DE RESERVISTA DE UMA FORÇA ARMADA PARA OUTRA

5.20.1 Deverá ser dado aos portadores de CDI o mesmo tratamento previsto no Art. 246 do RLSM, no caso de transferência de uma Força Armada para outra.

5.21 MULTA MÍNIMA E TAXA MILITAR PREVISTA NO RLMFDV

5.21.1 A multa mínima e a taxa militar prevista no RLMFDV terão o mesmo valor da multa mínima e da taxa militar prevista no RLSM (Decreto Nº 627, de 7 AGO 1992).

5.22 LIBERAÇÃO DO CONSCRITO

5.22.1 É muito importante para o Sistema do Serviço Militar que o convocado liberado da prestação do Serviço Militar Inicial receba o certificado a que faz jus no prazo mais curto possível, inclusive a 2ª via, quando solicitada.

5.22.2 Se o documento definitivo de situação militar não puder ser entregue, de imediato, por motivo imperioso, deverá ser feita, no verso do CAM, de preferência com carimbo, a seguinte anotação: “liberado da prestação do Serviço Militar Inicial aguardando o certificado definitivo”.

5.23 PUBLICIDADE

5.23.1 O MD ficará encarregado da elaboração e veiculação, em âmbito nacional, das campanhas publicitárias sobre o Serviço Militar, incluindo a direcionada ao MFDV, de acordo com o previsto no Apêndice 6 do PGC 2012. Os SERMOB/SMOB serão encarregados da veiculação regional, podendo elaborar material próprio.

5.23.2 Para que seja preservada a boa imagem do Sistema de Serviço Militar junto ao público externo, é fundamental que o jovem seja atendido de maneira correta, educada e eficiente em todas as ocasiões (Alistamento, Seleção Geral, Conhecimento da Distribuição, Seleção Complementar, Inspeção de Saúde e EXAR), pois essas serão as únicas oportunidades de contato de milhares de jovens brasileiros com a Força Aérea Brasileira.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 VALIDADE

6.1.1 As presentes Instruções entram em vigor na data de sua publicação em Boletim Externo do Sétimo Comando Aéreo Regional.

6.2 DISTRIBUIÇÃO

6.2.1 Ao VII COMAR (SERMOB-7) caberá a distribuição das presentes instruções aos Órgãos abaixo, nas quantidades discriminadas:

OM/SEÇÃO	QUANTIDADE
DIRAP(DSM)	02
COMAR-7(CMDO)	01
CINDACTA IV	01
EM-7	01
GAB-7	01
A-1	01
A-6	01
SERMOB	01
SERSA	01
BINFAR-MN	01
HAMN	01
BABV (SMOB-72/CINFA)	01
BAPV (SMOB-73/CINFA)	01
CENDOC	02
Distrito Naval	01
12ª Região Militar	01
TOTAL	18

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 OUT 1988;

Lei nº 4.375, de 17 AGO 1964 (Lei do Serviço Militar), com as modificações da Lei nº 4.754, de 18 AGO 1965, e dos Decretos-lei nº 549, de 24 ABR 1969, nº 715, de 30 JUL 1969, nº 899, de 29 SET 1969 e nº 1.786, de 20 MAIO 1980;

Lei nº 5.292, de 08 JUN 1967 (Lei de Prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários), com as modificações da Lei nº 5.399, de 20 MAR 1968, Lei nº 7.264, de 04 DEZ 1984 e Decreto-Lei nº 2.059, de 01 SET 1983;

Lei nº 9.504, de 30 SET 1997 (estabelece normas para as eleições);

Decreto nº 57.654, de 20 JAN 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar), modificado pelos Decretos nº 58.759, de 28 JUN 1966, nº 76.324, de 22 SET 1975, nº 93.670, de 09 DEZ 1986 e nº 627 de 07 AGO 1992 (Multa - UFIR) e nº 1.294, de 26 OUT 1994;

Decreto nº 63.704, de 29 NOV 1968 (Regulamento da Lei do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Odontologia, Farmácia e Veterinária e pelos Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários), modificado pelos Decretos nº 91.206, de 29 ABR 1985, e nº 1.295, de 26 OUT 1994;

Decreto nº 60.822, de 07 JUN 1967 (IGISC - Instruções Gerais para Inspeção de Saúde dos Conscritos), modificado pelos Decretos nº 63.078, de 05 AGO 1968, e nº 703, de 22 DEZ 1992 (Instruções Gerais para Inspeção de Saúde dos Conscritos, nas Forças Armadas);

Decreto nº 66.949, de 23 JUL 1970 (IGCCFA – Instruções Gerais para a Coordenação da Conscrição, nas Forças Armadas);

Portaria Normativa nº 31/MD, de 05 JAN 2011 (Plano Geral de Convocação-PGC2012);

Portaria nº 954/GM3 de 11 DEZ 1990 (Redução do Tempo de Serviço Militar Inicial);

Portaria nº R-703/GM3, de 18 DEZ 2002 (Instruções Reguladoras de Inspeção de Saúde - IRIS);

Portaria nº 1.410/GM3, de 01 DEZ 1982 (Instruções para Escrituração e Expedição dos Certificados de Situação Militar);

Portaria nº 427/GM3, de 29 JUL 1991 (Acrescenta Anotações nos Certificados de Reservistas);

Portaria COMGEP nº 454/EM, de 23 AGO 1985 (Funcionamento dos Órgãos de Recrutamento da Aeronáutica - NSMA 33-1);

Portaria COMGEP nº 41/5EM, de 23 ABR 2009 (Instruções para Convocação, Seleção e Incorporação de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários para a prestação do Serviço Militar Inicial na Aeronáutica e Convocações Posteriores);

Portaria nº 44/GC3, de 26 de janeiro de 2010 (ICA 36-14).

Anexo A

Declaração

NOME: _____
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____
Nº DA IDENTIDADE: _____ ÓRGÃO EXPEDIDOR _____
NATURALIDADE: _____
ESTADO CIVIL: _____
ENDEREÇO
COMPLETO: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____ UF: _____
CEP: _____ DDD: _____ TELEFONE Nº _____
RAMAL _____
MILITAR DA ATIVA? () SIM () NÃO

EXMO. SR. COMANDANTE DO SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL
EU, _____, DECLARO
ESTAR DE ACORDO EM ASSUMIR A RESPONSABILIDADE DE CUMPRIR
AS EXIGÊNCIAS DE NÃO ESTAR DENTRO DO PERÍODO DE RESGUARDO
PÓS-PARTO DE 90 (NOVENTA) DIAS ATÉ A DATA DE INCORPORAÇÃO
PARA A REALIZAÇÃO DA 1ª FASE DO ESTÁGIO DE ADAPTAÇÃO E
SERVIÇO, BEM COMO NÃO APRESENTAR ESTADO DE GRAVIDEZ
DURANTE O REFERIDO ESTÁGIO.

LOCAL: _____ DATA: ____/____/____

ASSINATURA DA VOLUNTÁRIA

Anexo B

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL
SERMOB-7

FICHA DE ENTREVISTA DA SELEÇÃO COMPLEMENTAR

LOCAL/EXAME	DATA	HORA	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
ENTREVISTA				
PSICOLÓGICO				
MÉDICO				
LABORATÓRIO				
TACF				
BINFAE-MN				
SAÍDA				

DOCUMENTOS APRESENTADOS (XEROX)

- () CERTIDÃO DE NASCIMENTO
() CPF
() IDENTIDADE
() TÍTULO DE ELEITOR
() CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
() CERTIFICADO OU DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE
() COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (Declaração de Vida e Residência)
() QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1 – INFORMAÇÕES PESSOAIS

GPTO: _____ ETNIA: _____
 NOME: _____ NASCIMENTO: ____/____/____
 PAI: _____ CPF: _____._____._____-_____
 MÃE: _____ RG: _____
 NATURALIDADE: _____ ESCOLARIDADE: (____) ANO ENSINO (____)
 ENDEREÇO: _____ Nº _____
 BAIRRO: _____ MUNICÍPIO: _____ UF: _____ TELEFONE: (____) _____-_____
 RELIGIÃO: _____ TIPO SANGUÍNEO: _____ DOADOR DE ÓRGÃOS (____)
 ESTADO CIVIL: _____ POSSUI FILHO(S)? (____)
 QUAL(IS) ESPORTE(S) PRÁTICA? _____
 OPÇÃO DE LAZER: _____
 TRABALHA? (____) LOCAL: _____ REMUNERAÇÃO: R\$ _____
 CALÇADO: (____) CINTURA: (____) CAMISA: (____) COBERTURA: (____) LUVA: (____)
 CÚTIS: (____) CABELO: (____) OLHOS: (____) ALTURA: (____) PESO: (____)

2 – INFORMAÇÕES FAMILIARES

RESIDE COM QUEM? (____) FAMÍLIA (____) OUTROS: _____
 SITUAÇÃO DOS PAIS: CASADOS (____) SEPARADOS (____) TRABALHAM? (____) (____)
 POSSUI IRMÃO(S)? (____) (____) TRABALHAM? (____) (____)
 RENDA FAMILIAR: R\$ _____._____.00 PAI É VIVO? (____) MÃE É VIVA? (____)

3 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A – FUMA (____) SIM (____) NÃO

B – BEBIDA ALCOÓLICA	() SIM	() NÃO
C – JÁ EXPERIMENTOU DROGAS	() SIM	() NÃO
D – É USUÁRIO DE DROGAS	() SIM	() NÃO
E – TEM PASSAGEM PELA POLÍCIA	() SIM	() NÃO
F – É FILIADO A ALGUM PARTIDO POLÍTICO	() SIM	() NÃO
G – RELACIONAMENTO HOMOSSEXUAL	() SIM	() NÃO
H – É VOLUNTÁRIO PARA SERVIR	() SIM	() NÃO

POR QUE RAZÃO PRETENDE INGRESSAR NA AERONÁUTICA?

4 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

DECLARO QUE RESIDO EM _____ - _____ E QUE TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS SÃO VERDADEIRAS.

_____, de _____ de 201 ____.

Assinatura do Entrevistado

Obs.: _____

Nome Posto/Graduação do Entrevistador - Assinatura

Nome Posto do Presidente da Comissão - Assinatura